SIM

Leia a íntegra do voto do senador Wilder a favor do impeachment de Dilma

CERRADO

Goiânia, QUINTA-FEIRA, 12 de maio de 2016

www.wildermorais.com.br
facebook.com/wildermorais
instagram.com/wildermorais
twitter.com/wildermorais

REVISTA BULA

As horas sofrerão de ansiedade enquanto eu rio e deságuo

PIXABAY

Revista Bula.com

POR **EBERTH VÊNCIO**

O QUE É LIBERDADE?

Um dia ainda vou morar numa casa à prova de medos. Será um casebre de pavimento único edificado com madeira pedra e tempo de sobra. As horas sofrerão de ansiedade enquanto eu rio e deságuo. E por falar em doce vingança serei despertado logo de manhã pelos pingos de uma rápida chuva de verão que vai tilintar dentro de um prato-esmaltado-que-se-come-frio esquecido propositadamente do lado de fora.

No íntimo eu sei que vai contra todas as normas da etiqueta deixar os utensílios jogados assim daquela forma de qualquer jeito no chão. No entanto àquela altura da vida já terei evoluído para um estágio de homem também jogado para além dos dogmas e das aparências. Não me atentarei para tal tipo de convenção social já que pretendo almoçar todo santo dia apenas quando sentir fome a despeito de sirenes de intervalos e de ponteiros de relógios sentado num banco de areia recostado na parede do meu rancho simplório assistindo à correria vacilante das ondas. Será que elas vêm? Será que elas vão?

Vocês perguntam por que é que eu não terei modos e comerei à mesa como qualquer pessoa normal? Se gozar da companhia mais certa de gente situada fora da curva da normalidade eu penso em utilizar a mobília da sala de jantar para banquetes escandalosos e memoráveis comidos nus com a porta e as janelas escancaradas. Em tempo: esse futuro lar possuirá apenas uma porta para o trânsito dos corpos presentes. Que os fantasmas se contentem em continuar atravessando as paredes sem serem notados.

Um dia espero morar numa casa notável descomplicada sem impostos a pagar sem cacos de vidro encrustados sobre o muro e sem redes elétricas de proteção antifurto. Hei de catar frutos no pé enxotar joaninhas descascar mangas com os dentes feito um cão chupador de mangas. Ainda não me decidi se edificarei esse reduto dos sonhos defronte um lago um vale ou um rio. Com tantos quilômetros de litoral atlântico por que não o faria de frente ao mar? Isso mesmo. De frente ao mar. Boa.

De acordo com meus cálculos renais buscarei na vila de pescadores um peixe ao dia. Porção para duas pessoas se é que me entendem. Se colar farei do escambo a moeda corrente entre eu e meus amigos pescadores. Quero desaprender a contar dinheiro para nunca mais temer a flutuação do dólar no mercado financeiro. Mercado de peixes: espero ser fisgado por ele para permanecer vivo.

Penso em nunca mais calçar sapatos. Que nem o meu cachorro. Em termos de liberdade vou me igualar a ele. Viraremos latas juntos. Seremos os nossos melhores amigos. Animais de estimação numa estimativa deveras plausível. Se o meu destino for morar na orla desse país espero engrossar as solas do pés na areia escaldante. Terei pés tão primitivos que ninguém da região acreditará que um dia calcei mocassim e pelejei numa metrópole projetada para fabricar dementes pós-graduados nalguma área do conhecimento humano. Terei um velho par de pés tão feios e quadrados que serão os mais temidos pelos espinhosos senões do destino.

Se muito anotarei a minha agenda diária a lápis num saco de pão ou naquele desbotado jornal de embrulhar bananas. Terei apenas compromissos significativos como contar as estrelas do mar ou do céu. Catarei formigas intrusas numa garrafa de mel. Lerei poemas de Mario Quintana até me sentir doce o suficiente para suportar a vida como os homens a fizeram. Ajudarei uma cadela a parir. Enterrarei ressentimentos ao pé de uma bananeira. Farei macaquices para divertir o cego da igreja. Rezarei praquela bola não entrar. Consertarei eu mesmo o telhado. Desistirei de consertar o mundo. Abdicarei das vírgulas. Serei o homem mais livre que já permiti.

PIXABAY

CERRADO
Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília
Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia
Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor
Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem
Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos, João Carvalho, Wandell Seixas e Rafaela Feijó

Capa
Bem-te-vi e flamboyant

MEIO AMBIENTE

Senador Wilder diz que burocracia na emissão de licenças ambientas trava Brasil

JOÃO CARVALHO

O Senado aprovou no final de abril Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a morosidade do licenciamento ambiental em obras de infraestrutura. Pelo projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), caso o empreendedor apresente Estudo de Impacto Ambiental (EIA) as obras não poderão ser suspensas pelos órgãos ambientais.

A proposta vem ao encontro a um importante segmento da sociedade que tem sofrido com a burocracia: os empreendedores e gestores, sejam públicos ou privados.

Conforme estudo divulgado por entidades de empreendedores, o prazo médio de obtenção do aval dos órgãos ambientais para começar a tocar obras e parques industriais tem aumentado a cada ano.

Pelos estudos, cerca de 910 dias são gastos para que um empresário possa ter a licença. De acordo com o relatório divulgado, o tempo é o inimigo do sucesso do empreendedor: não raro ele desiste do projeto devido à demora para ter em mãos a papelada.

No Congresso Nacional não faltam críticas ao comportamento do governo. O deputado Laércio Oliveira (Solidariedade-SE), por exemplo, diz que um dos culpados pela mortes prematuras de empresas no Brasil é a burocracia. "O que mata a micro e pequena empresa no país é a burocracia. O sistema atual está muito mais a serviço para mantê-lo pequeno e não para deixá-lo crescer", diz.

O senador Wilder Morais concorda com a coleção de críticas e diz que o momento é de transformação. Para ele, se o Brasil deseja chegar ao conceito de país sustentável precisa, sim, proteger a natureza. "É inegociável essa defesa. O Brasil é o conjunto de mananciais, sua riqueza, as terras agricultáveis, tudo isso. Temos que ser ciosos de que a natureza é que nos dá tudo e dela retiramos o sustento de milhares de brasileiros. Isso não significa que devemos também quebrar empresas, negligenciar as iniciativas empreendedoras, tornar mais difícil a vida de quem gera riquezas e produz", diz Wilder.

O senador propõe uma alternativa para os licenciamentos que se inspira nas ações realizadas em países desenvolvidos: a auditoria ambiental compulsória. De acordo com Wilder, os órgãos e entidades ambientais são incapazes de fiscalizar o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais. "O Estado não tem pessoal suficiente para acompanhar o desempenho ambiental dos empreendimentos. Além do mais, exige um excesso de estudos e informações prévias, o que causa grande morosidade na implantação de projetos importantes para o Brasil".

Wilder não abre mão do rigor da licença e reconhece a realidade administrativa da União, Estados e municípios, incapazes de realizarem plenamente a inspeção eficiente no local do empreendimento. Conforme o senador de Goiás, o projeto de lei nº 34/2016 aprimora a figura da auditoria. "O Estado não tem pessoal suficiente para acompanhar o desempenho ambiental dos empreendimentos", reconhece o senador.

AGÊNCIA SENADO

Senador Wilder propõe alternativa para os licenciamentos que se inspira nas ações realizadas em países desenvolvidos: a auditoria ambiental compulsória

Controle continua existente, mas é prévio

Wilder diferencia sua proposta da aprovada na CCJ e mais polêmica. Ele afirma que o controle continua existente, mas é prévio. Por sua vez, a PEC 65, apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), bastará a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor para afastar a licença. Desta forma, o processo de licenciamento ambiental perde sua existência da forma como é hoje realizado.

Conforme o memorial da proposta, ela "tem por objetivo garantir a celeridade e a economia de recursos em obras públicas sujeitas ao licenciamento ambiental, ao impossibilitar a suspensão ou cancelamento de sua execução após a concessão da licença".

O projeto do senador Wilder adota o princípio da celeridade, mas sem se esquecer da defesa do meio ambiente. Para o parlamentar, a adoção de auditorias compulsórias não prejudica as empresas: "A realização de auditorias evita e reduz as sanções administrativas e penais, bem como as reparações por danos causados ao meio ambiente".

A auditoria ambiental compulsória substituiria a visita do órgão público no local: "É mais adequado, mais rápido e mais barato que o órgão ambiental analise os relatórios de auditoria preparados por especialistas do que verificar in loco os milhares de empreendimentos que devem ser acompanhados".

Enquanto a proposta do fim do licenciamento terá que ser ainda avaliada pelo plenário do Senado Federal, a sugestão de Wilder que não impediria atos de fiscalização posteriores segue em tramitação das comissões da casa.

O que diz a proposta do senador Wilder

Art. 5º As auditorias ambientais dos empreendimentos sujeitos à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA), deverão:

I – confrontar os impactos ambientais gerados na implantação e operação da atividade com os previstos no EIA/RIMA, considerando o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto e seus efeitos nos meios físico, biológico e socioeconômico;

II – reavaliar os limites da área geográfica realmente afetada pela atividade e comparar com os previstos no EIA/RIMA;

III – avaliar o impacto gerado pelo empreendimento no desenvolvimento econômico da área de influência do projeto, considerando os planos e programas 3 governamentais implementados, os benefícios e ônus gerados pela atividade e os impactos ambientais negativos e positivos;

IV – identificar os impactos ambientais não previstos no EIA/RIMA, ou a sua tendência de ocorrência, especificando os agentes causadores e suas interações;

V – apresentar estudo comparativo do monitoramento realizado no período, com os impactos ambientais previstos no EIA/RIMA, considerando a eficiência das medidas mitigadoras implantadas e os resultados obtidos;

VI – apresentar cronograma de ações corretivas e preventivas de controle ambiental.

IMPEACHMENT

Senador Wilder vota SIM pelo afastamento de Dilma

Íntegra do voto do senador Wilder na sessão do Senado, nesta quarta-feira, 11, pelo afastamento da presidente

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

O Brasil vive um momento importante em sua história. E nós, senadores, somos chamados a decidir questão da maior relevância para a sociedade: instaurar o processo por crime de responsabilidade da Presidente da República.

Ao longo de mais de um ano, temos assistido, horrorizados, a uma sucessão interminável de denúncias de corrupção.

O Brasil vive uma crise política e econômica sem precedente. Mais que isso: uma inédita crise de confiança e de representatividade. A maioria esmagadora da população brasileira rejeita sua governante.

Ela se tornou impopular pela falta de respeito à moralidade. E por isso estamos votando o relatório do Senador Antonio Anastasia, ponto alto do momento político que vive o Brasil.

Tive o cuidado de ler com atenção o relatório. Quanto mais lia e acompanhava as discussões da Comissão Especial do Impeachment, mais pude ter certeza de que sempre estive do lado certo do debate: o lado que preserva a soberania popular em detrimento de um projeto de poder que se revelou ruim para os interesses do Brasil.

Alguém propaga que este processo é um "golpe". Acreditar nessa mentira é o mesmo que defender que quem tem mandato está autorizado a praticar arbitrariedade sem lhe atribuir qualquer responsabilidade.

Todo agente público, inclusive a Presidente da República, deve completa obediência à ordem jurídica. Ninguém pode se afastar da legalidade, seja qual for a justificativa para o desvio de conduta.

Cada conduta ilícita presente no relatório ilustra o estado de desordem que tomou conta do país. É tudo de extrema gravidade. É irresponsabilidade total na gestão fiscal e orçamentária brasileira.

Quem primeiro comprovou a ilegalidade foi o deputado Jovair Arantes, grande coordenador da bancada do meu Estado de Goiás, no seu relatório aprovado pela Câmara.

Parabenizo também o Senador Raimundo Lira. Mostrou equilíbrio e competência ao presidir a Comissão do Impeachment no Senado. Por mais que a presidente da República tente defender sua gestão, o senador Anastasia também mostrou o conjunto de irregularidades.

A denúncia tem todo requisito necessário para instauração do processo de impedimento da presidente. Além do mar de ilegalidade, a economia brasileira paga um alto preço, agoniza e pede socorro.

Porém, as instituições se mostraram fortes, o empresariado resistiu como pôde, o trabalhador sobreviveu – mesmo perdendo o poder de compra e até o emprego.

Ou seja, o brasileiro continua de pé graças à sua própria luta, apesar da maior carga tributária do mundo.

É da volta da inflação. O emprego é o melhor programa social. O empreendedorismo é o melhor projeto para mudar de vida.

Não há nada mais indigno e humilhante para uma pessoa do que não conseguir sustentar sua família.

De país seguro para o investimento, o Brasil passou a ser visto com total desconfiança no cenário internacional. Agências avaliam que é um risco investir no Brasil. Isso afugentou o capital estrangeiro. A confiança externa só não é menor que a interna.

A presidente dá demonstração clara de não ter prestígio, nem força, nem respaldo político. Nem se ela quisesse conseguiria efetuar a mudança de que o Brasil precisa. O isolamento fez dela uma ilha cercada de problema por todo lado.

Tamanha crise só pode ser resolvida com uma coalizão que restaure a governabilidade e traga confiança. O que só será possível através do imediato afastamento da presidente da República.

O Brasil necessita, urgentemente, de um governante capaz de dialogar com toda corrente política do Congresso. Resgatar o Brasil dessa vergonhosa gestão. Extinguir os ranços de esquerda, Romper com a mentalidade retrógrada, premiar o mérito e não a militância.

Ao Congresso caberá fazer as reformas de que o Brasil precisa: a política, a tributária, a fiscal, a trabalhista e a do novo pacto federativo. É hora de iniciativa moderna, como a terceirização e as organizações sociais.

Precisamos avançar.

É hora também de discutir as leis penais. A violência tomou conta de tudo. Acabou a paz até em pequenas cidades. O Congresso é obrigado a fazer sua parte. Exigir do governo federal recurso para segurança pública.

Estados e municípios não aguentam mais. Outro motivo da criminalidade é a droga, o mal do século. Precisamos jogar duro contra o tráfico. Retomar o controle das ruas. Devolver as praças para as famílias. Acabar com cracolândia e boca-de-fumo. Confiscar os bens do tráfico e investir na recuperação do dependente químico. Combater o desvio de dinheiro público.

O Ministério Público Federal liderou a campanha "10 medidas contra a corrupção". O Congresso precisa assinar embaixo de cada uma delas. A Temer basta cumprir essas medidas e a Constituição.

Para combater a recessão, foi publicado o documento "Uma ponte para o futuro". Nele, se restaura a fé na vocação empreendedora do brasileiro. O que falta a nosso povo é oportunidade. Falta ao novo presidente dar essa oportunidade ao brasileiro.

No documento, Temer aponta um caminho para superar a estagnação econômica que traz tanta dor e sofrimento ao povo. Na contramão da crise, o meu Estado de Goiás dá bom exemplo ao Brasil.

Na gestão competente do governador Marconi Perillo, Goiás cresce mais do que a média nacional. Um dos motivos é que o governador visita os 246 municípios goianos a cada mandato. É disto que um governante precisa: entender a realidade local e suas desigualdades, para não gerar mais desigualdades que piorem a realidade.

Deposito em Michel Temer a minha confiança e a minha esperança de que dias melhores virão. Acredito em sua capacidade de diálogo com toda a classe política, sem observar bandeira partidária, e com toda a sociedade civil organizada.

Temer precisa integrar a Presidência da República a este País continental. A exemplo de Marconi Perillo, Temer deve percorrer o Brasil acompanhado de seus ministros. Não adianta ficar em Brasília. A agenda deve ser pelo Brasil a dentro. Longe de gabinete, perto da dificuldade do povo.

Outro ilustre goiano, Henrique Meirelles, provavelmente, assumirá o Ministério da Fazenda. Meirelles foi excelente na iniciativa privada e no Banco Central. Vai enfrentar desafios enormes. Seu brilho estará em fazer o óbvio. Manter dentro do orçamento tudo que gastar. Gastar só o que tem. Não quebrar o contribuinte. Meirelles é um técnico com sensibilidade política. Sabe que o problema está no município. Sabe que não se pode dar atribuição a prefeitura sem lhe destinar recurso.

A população acha que pedalada fiscal foi o mínimo que a presidente cometeu. Por esse ângulo, o voto deve ser técnico, mas também político. Pelo conjunto da obra da presidente; por transformar a maior empresa brasileira numa central de escândalo; pela má gestão nas estatais; principalmente na Petrobras e na Eletrobras; pelo arrombamento nos fundos de pensão; por aparelhar o setor público; pelo dinheiro do BNDES gasto em outros países.

A voz rouca das ruas exige uma providência. Da parte do Senado, vamos virar essa página, deixar na história esse dia de recomeço.

Não voto com alegria, mas com o dever. Nada pessoal contra a Presidente. Sou igual à maioria dos parlamentares, nunca tive contato com ela. A presidente sempre evitou o Congresso.

Portanto, não julgo a pessoa. Analiso o relatório.

Vamos deixar ao novo presidente a esperança de que sua primeira obra seja derrubar o muro usado para dividir o Brasil e construir a ponte para o futuro.

O Brasil não vai mais perder tempo. O tempo a ser perdido acabou.

Voto SIM ao relatório do Senador Antonio Anastasia. SIM ao prosseguimento do processo de impeachment da Presidente, por entender que ela cometeu, SIM, o conjunto de crimes apontados na denúncia.

Para encerrar, presidente, sugiro ao novo presidente Michel Temer que acabe com mais um erro do governo que termina nesta noite.

Percorra o Brasil junto com seus ministros. Fique no mínimo dois dias por ano em cada Estado. Só assim para conhecer de perto o País. Sabendo da realidade em cada lugar, Temer vai evitar programas genéricos. A necessidade de um Estado é diferente da do outro.

O único detalhe que une o País é lutar pelo fim do atraso.

Muito obrigado.